Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2022-06-04	
O Secretário da Mesa	
Tiago Estevão Martins (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Tiago Estevão Martins (Assinatura Qualificada) Date: 2022.06.04 15:42:35 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 206 / XV (1 .ª)

Assunto: Falhas no serviço postal de Boticas

Destinatário: Ministro da Economia e do Mar

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem recebido várias denuncias da população do concelho de Boticas, no distrito de Vila Real, sobre o atraso sistemático na distribuição postal feita pelos CTT no concelho.

Recentemente, o Presidente da Câmara Municipal de Boticas voltou a denunciar a situação, que segundo o mesmo "se arrasta desde agosto de 2021, data em que a autarquia reportou junto dos CTT as repetidas falhas na entrega de correio".

Segundo as informações reunidas, a situação torna-se insustentável para a população e tem resultado em prejuízos monetários, nomeadamente devido a faturas da eletricidade, da água, ou de serviços de comunicação que chegam já depois de ultrapassado o prazo de pagamento das faturas. Esta situação, por se ter tornado persistente, prova que a distribuição postal não está a ser feita devidamente.

Boticas é um concelho envelhecido, onde a maioria dos pensionistas recebem as suas reformas por vale postal, que chegam muito atrasados, causando imenso transtorno na vida quotidiana desta população e o no seu bem-estar.

O Bloco de Esquerda considera esta situação inaceitável, devendo o Governo exigir o cumprimento dos critérios de qualidade do serviço postal universal estipulado no contrato de concessão.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Economia e do Mar, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Economia e do Mar conhecimento desta situação?
2. Como irá o Ministério solucionar o problema? Se o tenciona fazer, com que brevidade?
3. Considera o Governo que, mantendo-se ou até acentuando-se a degradação da prestação do

serviço postal universal, a solução corretiva exigirá a recuperação pelo Estado do controlo público dos CTT, para que a plena assunção e cumprimento dos objetivos do contrato de concessão entre o Estado e os CTT possam voltar a ser cumpridos, pelo menos, em padrões semelhantes aos que existiam antes do processo de privatização?

Palácio de São Bento, 3 de junho de 2022

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.